

EDP Transmissão Litoral Sul S.A.
CNPJ/MF nº 25.022.221/0001-91

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	49.611	4.767	Fornecedores	14	1.168	280
Disponibilidade da rede elétrica	6	7.092	7.940	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	7	859	590
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	1	3	Outros tributos a recolher	7	985	242
Outros tributos compensáveis	7	128	78	PIS e COFINS diferidos	8	1.685	1.572
Ativos da concessão	11	46.157	43.075	Dividendos	15	10.677	
Outros créditos	12	895	687	Provisões	16	964	889
Total do Ativo Circulante		103.884	56.547	Parcela de Ajuste	13	4.732	1.416
Não circulante				Outras contas a pagar	12	389	273
Cauções e depósitos vinculados	10	9.250	9.860	Total do Passivo Circulante		21.459	5.262
Ativos da concessão	11	384.035	375.544	Não circulante			
Outros créditos	12	6		PIS e COFINS diferidos	8	14.017	13.707
Imobilizado	393.291	385.404		Imposto de renda e Contribuição social diferidos	8	13.250	12.894
Intangível	390	126		Provisões	16	5.225	1.663
	1.219	1.122		Parcela de Ajuste	13	1.113	877
	1.609	1.248		Outras contas a pagar	12	1.246	599
Total do Ativo Não circulante		394.900	386.652	Total do Passivo Não circulante		34.851	29.740
TOTAL DO ATIVO		498.784	443.199	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		498.784	443.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2024	2023		2024	2023
Receitas	18	72.182	106.515	Lucro líquido do exercício		44.957
Custo	19			Resultado abrangente do exercício		44.957
Custo de operação		(7.059)	(3.846)			92.688
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(20.653)	(5.849)			92.688
		(27.712)	(9.695)			
Lucro bruto		44.470	96.820			
Despesas e Receitas operacionais	20					
Despesas gerais e administrativas		(179)	(1.940)			
Outras despesas e receitas operacionais		171	(265)			
		(8)	(2.205)			
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		44.462	94.615			
Resultado financeiro	21					
Receitas financeiras		3.977	3.262			
Despesas financeiras		(536)	(1.582)			
		3.441	1.678			
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		47.903	96.293			
Tributos sobre o Lucro	22					
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.590)	(2.224)			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(356)	(1.381)			
		(2.946)	(3.605)			
Lucro líquido do exercício		44.957	92.688			
Resultado por ação atribuível aos acionistas	23					
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)		0,59943	1.23584			
ON						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2024	2023			2024	2023
Geração do valor adicionado						
Receita operacional	76.454	111.520				
Receita relativa à construção de ativos próprios	(18.831)	41.272				
Receita de Construção	507	407				
Atualização dos Ativos da concessão	40.507	17.806				
Outras Receitas	54.266	52.235				
(-) Insuimos adquiridos de terceiros						
Materiais	(26.373)	(10.928)				
Serviços de terceiros	(155)	(206)				
Custo com construção da infraestrutura	(4.612)	(3.596)				
Outros custos operacionais	(21.160)	(6.256)				
Valor adicionado bruto	50.081	100.592				
Retenções						
Depreciações e amortizações	(34)	(26)				
Valor adicionado líquido produzido	50.047	100.566				
Valor adicionado recebido em transferência						
Receitas financeiras	3.978	3.263				
Valor adicionado total a distribuir	54.025	103.829				
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal						
Remuneração direta	1.110	655				
Benefícios	250	238				
FGTS	204	137				
Impostos, taxas e contribuições	6.705	8.117				
Federais						
Estaduais	23	134				
Remuneração de capitais de terceiros	537	1.583				
Juros	239	277				
Aluguéis						
Remuneração de capital próprio	10.677	25.000				
Dividendos						
Lucros retidos	19.745	36.141				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2024	2023			2024	2023
Geração do valor adicionado						
Receita operacional	76.454	111.520				
Receita relativa à construção de ativos próprios	(18.831)	41.272				
Receita de Construção	507	407				
Atualização dos Ativos da concessão	40.507	17.806				
Outras Receitas	54.266	52.235				
(-) Insuimos adquiridos de terceiros						
Materiais	(26.373)	(10.928)				
Serviços de terceiros	(155)	(206)				
Custo com construção da infraestrutura	(4.612)	(3.596)				
Outros custos operacionais	(21.160)	(6.256)				
Valor adicionado bruto	50.081	100.592				
Retenções						
Depreciações e amortizações	(34)	(26)				
Valor adicionado líquido produzido	50.047	100.566				
Valor adicionado recebido em transferência						
Receitas financeiras	3.978	3.263				
Valor adicionado total a distribuir	54.025	103.829				
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal						
Remuneração direta	1.110	655				
Benefícios	250	238				

...continuação

EDP Transmissão Litoral Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3.7.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Data da vigência
Revisão 27: CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Este documento estabelece alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21 / Pronunciamento IFRS 1	01/01/2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21 Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o encorajamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28 Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (ICO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (ICO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há Orientação	01/01/2025
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da norma é melhorar a forma como a informação é comunicada nas demonstrações financeiras de uma entidade, particularmente nas demonstrações de resultados e respectivas notas explicativas. A principal alteração apresentada pela IFRS 18 é a reestruturação das demonstrações de resultados das entidades. Com vistas a aumentar a comparabilidade entre entidades, esta norma introduz dois novos subtotais: Lucro operacional e Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social.	IAS 1 Norma	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Reajuste tarifário

Em 16 de julho de 2024, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.348, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025, atualizado monetariamente com base no IPCA, cujo impacto foi de 3,93% de reajuste para a Companhia, conforme mencionado na nota 2.1.

4.2 Medida regulatória para o setor elétrico com impactos na Companhia

Publicação	Descrição	Status
Resolução Normativa - REN nº 1.083 de 5 de fevereiro de 2024	Em 5 de fevereiro de 2024 foi publicada REN nº 1.083 aprovando os Submódulos 9.1, 9.2 e 9.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica. A REN nº 1.089/24 alterou o art. 2º da REN que trata de prazo de aprovação de Relatório de Avaliação da Base de Remuneração pela Superintendência de Fiscalização Econômico, Financeira e de Mercado - SFF.	Esta Resolução aprova os Submódulos 9.1, 9.2 e 9.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aplicáveis às concessionárias de transmissão que tratam da revisão da receita das transmissoras e implementação de melhorias e reforços.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	39	2.318
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	47.851	2.449
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	1.721	
Total	49.572	2.449
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.	49.611	4.767

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Em 31 de dezembro de 2024 os investimentos financeiros da Companhia estão remunerados a taxa de 97,00% a 100,50% do Certificado de Depósito Intercâmbio - CDI.

9 Partes relacionadas

	Relacionamento	Duração	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não circulante	Resultados Operacionais
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024
Disponibilidade da rede elétrica (Nota 6)						
Uso do sistema de transmissão						
EDP Espírito Santo	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046	40	39		359
EDP São Paulo	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046	41	61		540
Enerpeix	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046	4	3		47
Lajeado	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046	6	5		64
Investco	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046				1
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046	2	1		19
São Manoel	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046	8	7		86
Porto do Pecém	Coligada (*)	23/05/2021 a 27/06/2046		5		53
CEJA	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046	4	2		35
Total			105	123		1.156
Fornecedores (Nota 14)						
Contrato de prestação de serviços						
EDP Goiás	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024		96	90	(607)
				96	90	(607)
Outras contas a pagar (Nota 12)						
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)						
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/01/2019 a 31/12/2027		40	49	(484)
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)						
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/01/2015 a 31/12/2026		7	3	(42)
EDP São Paulo	Controle Comum	01/01/2015 a 31/12/2026				(3)
Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice (c)						
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/01/2019 a 31/12/2028		886	108	(886)
				933	160	(1.412)
			105	123	96	(863)
				90	933	160
						(727)

(*) Em 22 de dezembro de 2023, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou 80% do capital social da companhia Porto do Pecém, e consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: Os instrumentos têm por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2022, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionado a atual sede da controladora EDP-Energias do Brasil, conforme anuído pelo Despacho nº 304, de 1º de fevereiro de 2022, com vigência até 31 de dezembro de 2026.

Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos comportam o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura, sendo o primeiro deles entre a EDP São Paulo e suas partes relacionadas e o segundo entre as partes que não necessitam da anuência prévia da ANEEL. Tais contratos vigoram até 31 de dezembro de 2024 e não necessitaram de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.

Os percentuais de rateio devem ser revisados anualmente, e em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de BackOffice, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc., compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2028, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 66 de 15 de janeiro de 2025.

(d) Contrato de prestação de serviços: O contrato tem por objetivo a prestação de serviços de operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de vinte e quatro horas, durante os sete dias da semana, entre a EDP Transmissão Litoral Sul e a EDP Goiás, no valor global do contrato de R\$ 1.573, pelo prazo de 36 meses. Em 30 de maio de 2024, foi firmado o aditivo do contrato prorrogando a vigência até 1º de junho de 2026, bem como ajustando, pelo IPCA, o valor mensal pago pela contratante, mantendo-se as demais cláusulas inalteradas.

9.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a EDP Trading, sendo esta controlada pela EDP - Energias do Brasil.

9.2 Remuneração dos administradores

A Companhia não apresentou administradores com remuneração em 2024. Para o exercício de 2023, segue abaixo:

	Diretoria Estatutária	2023
Remuneração (a)		29
Benefícios de curto prazo (b)		1
Total		30

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

10 Cauções e depósitos vinculados

Nota	Saldo em 31/12

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16 Provisões

	Passivo							
	Circulante	Não circulante	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	16.1	4.743	1.145					
Licenças ambientais	16.2	889	482	518				
Total	964	889	5.225	1.663				

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

16.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

16.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo				Ativo					
	Nota	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Pagamentos	Atualização monetária	Reversões	Saldo em 31/12/2024	Depósito judicial	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	16.1.1.1	191	20	(22)	(184)	5				
Cíveis	16.1.1.2	931	5.078	(1.627)	333	(2)	4.713	2.233	662	
Fiscais		22			2		24			
Outros		1	1			(1)	1			
Total Não circulante	1.145	5.099	(1.649)	335	(187)	4.743	2.233	662		

16.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial.

16.1.1.2 Cíveis

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão. Durante o exercício de 2024, houve a alteração de risco de dois casos no montante de R\$3.900, que eram possíveis e mudaram para prováveis.

16.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo				
	Nota	Saldo em 31/12/2023	Depósito judicial	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	16.1.2.1	748	591	14	15
Cíveis	16.1.2.2			3.464	
Fiscais	16.1.2.3	86	241		
Total	834	832	14	3.479	

16.1.2.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial. Durante o exercício de 2024 houve ingressos de novos processos que totalizam o montante de R\$748.

16.1.2.2 Cíveis

Referem-se, em sua totalidade, a depósitos judiciais relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão.

16.1.2.3 Fiscais

Ações judiciais em face de alguns municípios localizados no estado do Rio Grande do Sul, objetivando o pagamento de R\$66 em 31 de dezembro de 2024 (R\$241 em 31 de dezembro de 2023). A redução da contingência ocorreu em razão da alteração do prognóstico face à decisão favorável obtida no município Capão da Canoa. A Companhia aguarda o julgamento dos demais processos.

16.1.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2024 é de R\$7.003 (R\$5.718 em 31 de dezembro de 2023).

16.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recompensação e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças, permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2023	Pagamentos	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2024
Circulante	899	(130)	121	31	964
Não circulante	518	(121)	48	482	
Total	1.407	(130)	-	79	1.446

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2024 totalmente subscrito e integralizado é de R\$342.755 (R\$342.755 em 31 de dezembro de 2023). O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é composto de 75.000 ações ordinárias, no valor nominal R\$1 cada uma e integralmente detidas pela EDP Trading.

17.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

Lucro a ser destinado

Lucro líquido apurado no exercício

Prejuízos acumulados

Lucro líquido ajustado

Constituição da reserva legal - 5%

Destinação do lucro

Dividendos obrigatórios

Reserva de lucros

Constituição da reserva legal - 5%

17.3 Reservas de lucros

	31/12/2024	31/12/2023
Reservas de lucros		
Legal	6.770	4.522
Retenção de lucros	60.920	60.920
Dividendo adicional proposto	32.029	
Total	99.719	65.442

18 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) por provável que os benefícios econômicos fluíram para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• Receita de construção da Infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação da Companhia está diretamente associada às ações ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método do custo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A margem da obrigação de performance e melhoria para a formação dessa receita é uma estimativa contábil, aplicada sobre o custo real incorrido na construção.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 23,72% e (ii) o investimento feito em diferentes obras e ampliação na subestação Tubarão Sul, com as respectivas receitas anuais complementares, adotam-se a margem de 47,11% e de 59,08%.

A referida margem é estimada pela Companhia levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela Companhia e suas possíveis eficiências, considerando atraso na entrada em operação comercial face a prazo regulatório. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pela Companhia, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• Receita de Oper

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil; e

(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

24.1.2.1 **Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros**

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita é a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de instrumentos financeiros no exercício.

24.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos ("Taxonomia") e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e no Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão de Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza a gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance ("GRC"), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agegra valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Riscos e Eficiência, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz Corporativa de Riscos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo correto que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro pilares: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

24.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa CDI e da inflação, podendo ter um impacto maior na realização dessas operações.

A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

24.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar as mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Aging cenário provável					
Operação	Risco	Saldo da exposição	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Aplicação financeira - CDB	CDI	47.351	3.336	3.336	815	1.622	(822) (1.652)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	1.721	18	4	8	(4)	(9)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	49.572	3.354	3.354	819	1.630	(826) (1.661)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 20,72% e 4,47% a.a.

24.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar suas obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente libera linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 11) cujo saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente e dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2024	31/12/2023					
Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano					
Até 1 mês	3 meses	5 anos	5 anos	AVP	Total	Total	
Passivos financeiros							
Fornecedores			3	1.165		1.168	280
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				933		933	160
Arrendamentos e aluguéis						-	138
Licenças Ambientais	72	807	90	266	384 (173)	1.446	1.407
	72	810	1.255	1.199	384 (173)	3.547	1.985

24.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado availables por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2024 todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

24.2.4 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESCI) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

24.2.5 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a controladora final EDP - Energias do Brasil, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz

Presidente

Daniel Bruder Silveira Sarmento

Vice-Presidente

Maria Marta de Figueiredo Geraldes

Conselheira

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Daniel Bruder Silveira Sarmento

Diretor-Presidente e Diretor Administrativo

Rafael Holanda Moura

Diretor Financeiro

André Caetano Rocha de Andrade

Diretor Técnico

CONTABILIDADE

Leandro Caron Rigamonte

Diretor - Accounting SA

Alfredo Antonio Tessari Neto

Contador - CRC 1SP176534/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

EDP Transmissão Litoral S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão Litoral S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos